

## A naturalização da gramática tradicional e seu uso protocolar<sup>1</sup>

José Borges Neto  
UFPR/UNIOESTE/CNPq

Inicialmente, eu queria agradecer à direção da Abralín pelo convite para fazer essa miniconferência. Fiquei muito honrado.

Certamente, a intenção do convite era de que eu falasse algo relacionado com a área em que tenho concentrado minhas pesquisas nos últimos anos: a Filosofia da Linguística. E decidi retomar um assunto que tem sido objeto de minha atenção nos últimos três anos: a relação entre a gramática tradicional e as teorias linguísticas contemporâneas. Trata-se de uma questão epistemológica por excelência que envolve a delimitação dos objetos observacionais das teorias e algumas “manobras teóricas” efetuadas pelas teorias, aparentemente inexplicáveis. O que vou desenvolver em seguida é a percepção de que, de modo geral, as teorias linguísticas contemporâneas só conseguem observar os fenômenos linguísticos filtrados pela teoria da gramática tradicional, incorporando, inconscientemente, os resultados consolidados pela teoria tradicional nas suas próprias formulações teóricas, criando para si problemas desnecessários e chegando muitas vezes a resultados inadequados.

Antes de chegar ao assunto propriamente dito, preciso estabelecer alguns pontos preliminares.

O primeiro deles é que a investigação científica sempre se faz sobre uma realidade já interpretada. Assumo que as entidades reconhecidas e as classificações, as regras e as relações que um cientista estabelece no objeto são classificações, regras e relações entre entidades *teóricas* e não entre fenômenos da realidade. Nossos esforços de teorização recaem sobre fenômenos já tratados teoricamente, filtrados e construídos por um primeiro momento de teorização. Não nego a existência de uma realidade “objetiva”, independente das crenças e das capacidades perceptivas dos cientistas, nego apenas que nossas teorias sejam teorias dessa realidade. Basta observar a história da ciência para ver que as teorias científicas – mesmo as mais bem sucedidas – constroem ideologicamente a realidade que estudam. E que, quando superadas por outras teorias, veem desaparecer o mundo que tomavam como objeto de estudos. Em outras palavras, não nego o realismo ontológico, mas prefiro assumir o antirrealismo epistemológico.

O segundo ponto é a distinção – necessária – entre objeto observacional e objeto teórico – distinção proposta por mim e por Dascal em 1991 (ver Borges Neto 2004, p. 34-39). O *objeto observacional* de uma teoria é o conjunto de fenômenos que a teoria recorta para si. Por exemplo, a linguística estuda as línguas e não os vegetais, enquanto

---

<sup>1</sup> Texto de conferência proferida durante o VIII Congresso da ABRALIN, Natal/RN, 02/02/2013,

a botânica estuda os vegetais e não as línguas. A fonologia estuda as cadeias sonoras da fala e não as interpretações semânticas que os falantes atribuem a essas cadeias sonoras; a sintaxe estuda a arquitetura das expressões e não as condicionantes sociais e discursivas associadas às expressões. Como as teorias não tratam de tudo, podemos dizer que cada teoria recorta para si um objeto observacional. Uma vez recortado o objeto observacional, o cientista começa a povoá-lo com entidades teóricas e com relações entre essas entidades. Acredito, ao contrário da tradição aristotélica, que as caracterizações teóricas são *atribuídas* aos objetos e não *reconhecidas* nele. Na medida em que essa tarefa é realizada, o objeto observacional é organizado como um *objeto teórico*. O fonólogo, por exemplo, não estuda cadeias sonoras “puras”, mas cadeias já organizadas em fones, sílabas e perfis melódicos. É sobre essas cadeias sonoras já tratadas teoricamente que vai estabelecer processos fonológicos e, se possível, regras gerais. Teorias diferentes povoam diferentemente o objeto observacional e, em consequência, constroem objetos teóricos distintos. De alguma forma, linguistas que trabalham com teorias diferentes trabalham com “realidades” construídas distintamente. E muitas das entidades (e relações) que existem para uma teoria simplesmente inexistem em outras.

A terceira preliminar tem a ver com a natureza teórica da gramática tradicional. Embora nem sempre se reconheça isso, a gramática da antiguidade clássica construiu uma teoria das línguas humanas. Os gramáticos gregos e latinos identificaram níveis de análise, como a oração e a palavra, desenvolveram noções teóricas, como sílaba, palavra, sujeito e predicado, flexão, nome e verbo etc., e estabeleceram relações entre essas noções. Apesar de adotarem padrões de exigência mais frouxos do que as teorias científicas atuais, realizaram um trabalho de teorização essencialmente igual ao que realizam os cientistas contemporâneos. Ao contrário do que muita gente afirma, os gregos não estabeleceram apenas uma terminologia técnica para a descrição gramatical (cf. Robins 1979, p. 31). Até porque não vejo como seria possível estabelecer um vocabulário técnico sem, simultaneamente, identificar entidades, relações, fazer classificações etc. como contraparte empírica desse vocabulário. Assumo, então, que a gramática tradicional, dos gregos e latinos, é uma *teoria das línguas* de todo o direito.

Pois bem. Estabelecidos esses pontos, podemos passar ao processo de *naturalização* das teorias.

Entendo por naturalização o processo de tratar entidades teóricas como se fossem os próprios fenômenos. Nesse processo ignora-se que uma teoria constrói um objeto teórico que se sobrepõe ao objeto observacional e considera-se que as entidades teóricas atribuídas ao objeto constituem a própria realidade. É como se o linguista esquecesse que *palavra*, por exemplo, é uma entidade teórica (e que, portanto, resulta de um modo específico de olhar a realidade observável) e passasse a considerar que as palavras são entidades do próprio objeto observacional (entidades da realidade observável). Uma entidade teórica, como *palavra*, em princípio existente para uma teoria específica, passa a designar uma “coisa” do objeto observacional: uma “coisa” do mundo, existente para qualquer teoria que se debruce sobre o mesmo objeto observacional.

Tenho usado as noções de flexão e derivação como exemplo privilegiado de naturalização de noções teóricas<sup>2</sup>. Correndo o risco de aborrecer os ouvintes que já tiveram contato com o exemplo, vou repetir aqui a minha análise.

Essa distinção tem origem na gramática da antiguidade greco-romana, para quem as palavras são unidades atômicas de análise (nada há “abaixo” da palavra) e são associadas a conjuntos de formas alternativas (um paradigma) que, representando uma mesma ideia, apresentam “acréscimos” secundários a essa ideia. Consideremos, por exemplo, a palavra “menino”. O paradigma associado a “menino” contém quatro formas alternativas: *menino*, *menina*, *meninos* e *meninas*. A palavra “menino”, então, representa uma ideia e aparece sob a forma *menino* se a essa ideia acrescentarmos as ideias secundárias de “masculino” e “singular”; aparecerá sob a forma *meninas* se a ela acrescentarmos as ideias secundárias de “feminino” e “plural”; e assim por diante. O “s” final de *meninas* não é um morfema que se acrescenta a uma raiz: é uma “marca” que indica que a palavra “menino” está se apresentando acrescida da ideia de plural. A essas “marcas” de ideias secundárias acrescentadas, a gramática tradicional dá o nome de *desinências*. Este modo de fazer morfologia recebe o nome de “palavra-e-paradigma”<sup>3</sup>.

Tradicionalmente (desde Dionísio de Trácia, no séc. I a.C.<sup>4</sup>), são reconhecidas “marcas” de gênero e de número nos elementos nominais (substantivos e adjetivos, pronomes e artigos) e “marcas” de tempo/modo, número e pessoa nos elementos verbais.

Palavras que pertencem às classes dos advérbios, preposições e conjunções são ditas invariáveis porque seu paradigma apresenta um único elemento. As demais classes contêm palavras variáveis, isto é, palavras cujo paradigma apresenta ao menos dois elementos.

As noções de flexão e derivação surgem naturalmente no contexto do modelo morfológico “palavra-e-paradigma”. A flexão é interna ao paradigma e a derivação é externa.

A flexão indica as modificações secundárias (acidentes) sofridas pela ideia veiculada pela palavra e a derivação é o processo de obter palavras novas a partir de outras palavras (“ideias” novas a partir de outras “ideias”).

Esses “dados” da morfologia – flexões das palavras, processos derivacionais, desinências e afixos – são bem conhecidos (e cuidadosamente descritos) desde a antiguidade. O que temos, desde as primeiras gramáticas até os nossos dias, nas gramáticas escolares, é uma mesma teoria morfológica. Não há diferença essencial entre a forma de descrever/explicar os dados morfológicos em Dionísio e em Celso Cunha.

Esta teoria, no entanto, foi naturalizada e os linguistas passaram a acreditar que a distinção estabelecida na gramática tradicional entre flexão e derivação recobre uma distinção que é do objeto observacional e não de uma teoria particular do objeto. Os linguistas já sabem, de início, o que é flexão e o que é derivação e sua tarefa é achar algum critério que recubra a oposição. Fora do contexto da teoria morfológica “palavra-

---

<sup>2</sup> Ver Borges Neto 2012b.

<sup>3</sup> Ver Hockett 1954.

<sup>4</sup> Ver Chapanski 2004.

e-paradigma”, nem sempre é fácil distinguir flexão de derivação. Quando os linguistas propõem algum critério novo (que não o da gramática tradicional) a adequação do critério é sempre avaliada nos resultados que a gramática tradicional obtém. Vejamos um exemplo.

Carlos Alexandre Gonçalves, em seu livro *Iniciação aos Estudos Morfológicos: flexão e derivação em português* (Gonçalves 2011, p. 6)<sup>5</sup>, nos diz:

*Em linhas gerais, a flexão tem sido definida como processo morfológico regular, aplicável em larga escala e sem qualquer possibilidade de mudança na categorização lexical das bases. Radicalmente diferente, a derivação tem sido descrita como processo idiossincrático, caracterizado pelo potencial de mudar classes e por grandes restrições de aplicabilidade. Ao longo do livro, mostramos que essas diferenças são relativas, uma vez que à flexão também podem estar associadas arbitrariedades formais e restrições de aplicabilidade, entre outras características tradicionalmente atribuídas à derivação.*

Para Gonçalves, o critério da regularidade é inadequado porque “à flexão também podem estar associadas arbitrariedades formais”, o que nos mostra que se está buscando um critério que chegue aos mesmos resultados a que chega a gramática tradicional. E isso se deve à naturalização da teoria: flexão e derivação passam a ser propriedades empíricas do objeto e não noções teóricas. Chegar a outro resultado equivale a não obter adequação empírica.

Às vezes, o processo de naturalização não é tão claro como vemos em Gonçalves e o que temos é uma consequência desse processo: o *uso protocolar*.

A filosofia da ciência “positivista” do início do século XX previa a existência de sentenças protocolares na base da investigação científica. Essas sentenças protocolares deveriam ser descrições objetivas dos fenômenos, neutras e ateóricas, que serviriam de “matéria prima” para as investigações (tanto como “preliminares” para a investigação como para a testagem empírica das hipóteses). Ou seja, a investigação científica, para garantir sua objetividade e sua imunidade a considerações teóricas preexistentes, devia basear suas análises e propostas de teorização na observação “pura” (livre de “preconceitos” teóricos) dos fenômenos. Caberia às sentenças protocolares o registro dessas observações “puras”.

Acredito que a atribuição de um papel protocolar à GT é um comportamento disseminado entre os linguistas contemporâneos.

Por exemplo.

No volume II da *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*, obra gigantesca, coordenada por Ataliba Teixeira de Castilho e produzida por uma grande equipe, constituída por alguns dos melhores linguistas em atividade no Brasil (Castilho 2008), Esmeralda Negrão, Ana Müller, Gelsa Nunes-Pemberton e Maria José Foltran iniciam o capítulo sobre os adjetivos dizendo<sup>6</sup>:

<sup>5</sup> Borges Neto 2012b é uma resenha desse livro.

<sup>6</sup> Esta análise reproduz parcialmente a análise feita em Borges Neto 2012a.

Para estabelecer que um item lexical pertence a uma determinada classe gramatical, é necessário reconhecer que tal item possua as propriedades que caracterizam essa classe. Nesse sentido, caracterizar um conjunto de propriedades é condição prévia para definir e delimitar uma determinada classe gramatical.

Quais são as propriedades que caracterizam os adjetivos? (p. 371)

É notável que a pergunta que encerra o trecho citado contradiga absolutamente o que foi dito no parágrafo anterior. As autoras revelam saber que há uma classe de palavras – os adjetivos – e, portanto, que já têm determinadas as propriedades da classe. Seu trabalho, então, seria o de estabelecer critérios alternativos que nos permitam recuperar (de forma mais precisa, talvez) exatamente a classe de partida. Ao invés de procurar propriedades nas palavras – nas palavras, individualmente, e não nas classes já estabelecidas (certamente a partir de um conjunto de propriedades) – o que de fato se busca é a recuperação (e a revisão, na melhor das hipóteses) dos critérios que alguém, no passado, já usou para definir a classe que é tomada como ponto de partida.

Isso fica ainda mais claro quando olhamos o que as autoras dizem em seguida, na mesma página:

Neste capítulo, partiremos da análise do comportamento gramatical de itens lexicais intuitivamente classificados como adjetivos, enumerando as propriedades que exibem e que determinam a classificação proposta. (p. 371)

Além de explicitarem que a busca é dos critérios que levaram outros a proporem os limites da classe, as autoras escondem isso atrás do apelo a uma intuição (o que quer que isso possa ser) de classe. Talvez analfabetos possam ter “intuições” sobre a língua, lingüistas relembram análises com que tiveram contato. A classe dos adjetivos analisada, em busca de propriedades comuns (necessárias e suficientes, imagino), é a velha classe dos nomes adjetivos presente nas gramáticas medievais e já discutida longamente por Santo Anselmo de Canterbury no século XI.

Parece claro que as autoras estão, na verdade, usando a noção tradicional de adjetivo como um meio prático e operacional de isolar um conjunto de fenômenos linguísticos, sobre o qual recairá sua proposta de teorização. A classe tradicional é apenas protocolar: é um meio de circunscrever, de forma neutra, um conjunto de fenômenos.

Parece claro também que a teoria da gramática tradicional está sendo usada como uma espécie de “descrição atórica”, suposta por todos e, simultaneamente, ignorada por todos enquanto teoria. É como se o termo *adjetivo* fosse apenas um rótulo que se usa para referir determinada porção de realidade, teoricamente neutro, observacionalmente objetivo, livre de quaisquer injunções teóricas ou ideológicas. O que é, obviamente, falso.

Antes que se possa pensar que eu estou criticando o trabalho sobre os adjetivos realizado por Negrão, Müller, Nunes-Pemberton e Foltran – linguistas de competência acima de qualquer suspeita – que fique registrado que o problema que estou apontando é

mais frequente do que podemos (ou queremos) imaginar. Atire a primeira pedra etc. e tal.

O uso protocolar das noções e descrições da gramática tradicional está intimamente relacionado com sua naturalização: em ambos os casos existe a suposição de que as noções tradicionais ligam-se diretamente aos fenômenos e não são resultado de trabalho teórico. Podemos identificar, no entanto, dois tipos de uso protocolar: o que toma os resultados de uma teoria como ponto de partida de outra, e que pode facilitar o aprendizado ou o estabelecimento dos limites de determinados recortes teóricos, e o que, de fato, se baseia na crença de que a gramática tradicional é uma descrição neutra e atórica da língua. O primeiro – que quero crer que é o assumido por Negrão, Müller, Nunes-Pemberton e Foltran – supõe um tipo fraco de naturalização. Basta que tomemos o cuidado de não deixar que junto com a importação terminológica venham as próprias concepções teóricas associadas aos termos e que não acreditemos nesses resultados iniciais, ou seja, que assumamos fortemente uma posição crítica quanto às teorias do passado para que os efeitos deletérios da naturalização sejam evitados. O segundo tipo de uso protocolar, porque associado ao processo de naturalização, impede que a língua seja vista sem o filtro da teoria tradicional. O seu efeito nocivo no desenvolvimento da linguística se deve ao processo de naturalização e não, propriamente, ao uso protocolar.

Quanto à naturalização das teorias, creio que seu efeito nocivo é mais grave. O modo como identificamos e classificamos os fenômenos linguísticos depende crucialmente do enfoque teórico adotado. Os fatos não dizem como querem ser abordados. As necessidades da teoria é que nos levam a uma ou a outra classificação. Identificarmos ou não processos flexionais e derivacionais é uma questão interna à teoria. Organizarmos as palavras em 4, em 10 ou em 17 classes, também. Considerarmos que há adjetivos, pronomes e artigos nas línguas é resultado inequívoco de uma determinada visada sobre os fenômenos. Essas “decisões” não são necessárias e a adoção de uma ou de outra proposta está ligada a modos particulares de conceber, teoricamente, o funcionamento do objeto. Naturalizar uma teoria é abrir mão de possibilidades outras de construir o objeto teórico. É submeter-se a outro olhar. E tanto pior quanto mais antigo (nos vários sentidos do termo) for esse olhar.

Para finalizar, quero dizer que abandonar muito rapidamente boas ideias é um erro tão grande quanto aferrar-se a elas por muito tempo. A gramática tradicional é, certamente, preta de boas ideias, de boas soluções para os problemas linguísticos; por outro lado, nem tudo que está lá, nem tudo que o olhar greco-latino viu nas línguas, pode ser assumido sem uma forte perspectiva crítica. De algum modo, a linguística contemporânea deve se libertar da teoria tradicional, sob pena de ficar reproduzindo – inconscientemente e acriticamente – o olhar teórico da antiguidade clássica. Não preciso dizer que o conhecimento da história de nossa disciplina tem importante papel a desempenhar nessa tarefa.

## Referências.

- BORGES NETO, J. 2004. *Ensaio de Filosofia da Linguística*. São Paulo: Parábola.
- BORGES NETO, J. 2011. Morfologia: conceitos e métodos. In: LIMA, M. A. F.; ALVES FILHO, F.; COSTA, C. S. C. (Org.). *Colóquios linguísticos e literários: enfoques epistemológicos, metodológicos e descritivos*. Teresina: EDUFPI, p. 53-72.
- BORGES NETO, J. 2012a. Gramática tradicional e linguística contemporânea: continuidade ou ruptura? *Todas as Letras*, v.14, n.1, São Paulo: Mackenzie, p. 87-98.
- BORGES NETO, J. 2012b. Flexão e derivação: será que os tratamentos dados a esta distinção não adotam uma perspectiva “enviesada”? *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas: IEL/Unicamp.
- CASTILHO, A. T. de (Coord.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008, v. II.
- CHAPANSKI, G. 2003. *Uma tradução da tékhne grammatiké, de Dionísio Trácio, para o português*. 2003. Dissertação (mestrado em letras), UFPR, Curitiba.
- GONÇALVES, C. A.. 2011. *Iniciação aos Estudos Morfológicos: flexão e derivação em português*. São Paulo: Contexto.
- HOCKETT, C. F. 1954. Two models of grammatical description. *Word*, v. 10, p. 210-234.
- ROBINS, R. H. 1979. *Pequena História da Linguística*. São Paulo: Livro Técnico.